

Coleção ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
Vol. 12

Ficha catalográfica
(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte do
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ)

G15v Galeano, Eduardo.
As Veias abertas da América Latina; tradução de
Galeno de Freitas. Rio de Janeiro, Paz e Terra,
(Estudos latino-americanos, v. 12)

Do original em espanhol: Las venas abiertas de
America Latina.

1. América Latina - História 2. América Latina -
Recursos 3. Imperialismo I. Título II. Série

77-0562

CDD - 327.11
338.098
CDU - 327.2
338(8=6)

EDITORA PAZ E TERRA
Conselho Editorial
Antonio Candido
Celso Furtado
Fernando Gasparian
Fernando Henrique Cardoso

EDUARDO GALEANO

AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA

Tradução de
Galeno de Freitas

22ª edição

Eram metralhados ao sair e lançavam-se os cadáveres pelos barrancos.

Depois, não cessou a violência. Ao longo do tempo do desprezo e da cólera inaugurado em 1954, a violência tem sido e continua sendo uma transpiração natural da Guatemala. Continuaram aparecendo, embora em menor medida, os cadáveres nos rios ou na beira dos caminhos, os restos irreconhecíveis, desfigurados pela tortura, que jamais serão identificados. Também continuaram, e em maior medida, as matanças mais secretas: os cotidianos genocídios da miséria. Outro sacerdote expulso, o padre Blase Bonpane, denunciava no *Washington Post*, em 1968, esta sociedade doente: "Das setenta mil pessoas que cada ano morrem na Guatemala, trinta mil são crianças. A taxa de mortalidade infantil na Guatemala é 40 vezes mais alta do que a dos Estados Unidos."

A PRIMEIRA REFORMA AGRÁRIA DA AMÉRICA LATINA: UM SÉCULO E MEIO DE DERROTAS PARA JOSÉ ARTIGAS

Ao ataque de lança ou golpes de facão, foram os expropriados os que realmente combateram, quando despontava o século XIX, contra o poder espanhol nos campos da América Latina. A independência não os recompensou: traiu as esperanças dos que tinham derramado seu sangue. Quando a paz chegou, com ela se reabriu uma época de cotidianas desditas. Os donos da terra e os grandes mercadores aumentaram suas fortunas, enquanto se ampliava a pobreza das massas populares oprimidas. Ao mesmo tempo, e ao ritmo das intrigas dos novos donos da América Latina, os quatro vice-reinados do império espanhol se quebraram em pedaços e múltiplos países nasceram como cacós da unidade nacional pulverizada. A idéia de "nação" que o patriciado latino-americano engendrou parecia-se demasiado à imagem de um porto ativo, habitado pela clientela mercantil e financeira do império britânico, com latifúndios e socavões à retaguarda. A legião de parasitas que recebera os comunicados da guerra de independência dançando o minueto nos salões das cidades, brindava pela liberdade de comércio em taças de cristais britânicos. Puseram na moda as mais altissonantes palavras de ordem da burguesia européia: nossos países punham-se ao serviço dos industriais ingleses e dos pensadores franceses. Porém, qual "burguesia nacional" era a nossa, formada pelos donos de terras, os grandes traficantes, comerciantes e especuladores, os políticos de fraque e doutores sem raízes? A América Latina logo teve suas constituições burguesas, muito envernizadas de liberalismo, mas não teve, em compensação, uma burguesia criadora, no estilo europeu ou norte-americano, que se propusesse à missão histórica do desenvolvimento de um capitalismo nacional pujante. As

burguesias destas terras nasceram como simples instrumentos do capitalismo internacional, prósperas peças da engranagem mundial que sangrava as colônias e semicolônias. Os burgueses de vitrina, agiotas e comerciantes, que açambarcaram o poder político, não tinham o menor interesse em impulsionar a ascensão das manufaturas locais, já mortas ao nascer quando o livre-cambismo abriu as portas à avalanche de mercadorias britânicas. Seus sócios, os donos das terras, não estavam, por sua vez, interessados em resolver "a questão agrária", senão na medida de suas próprias conveniências. O latifúndio consolidou-se sobre o saque, ao longo do século XIX. A reforma agrária foi, na região, uma bandeira precoce.

Frustração econômica, frustração social, frustração nacional: uma história de traições sucedeu à independência. A América Latina, desgarrada por suas novas fronteiras, continuou condenada à monocultura e à dependência. Em 1824, Simón Bolívar ditou o Decreto de Trujillo para proteger os índios do Peru e reordenar ali o sistema de propriedade agrária: suas disposições legais não feriram em absoluto os privilégios da oligarquia peruana, que permaneceram intactos apesar dos bons propósitos do Libertador, e os índios continuaram tão explorados como sempre. No México, Hidalgo e Morelos foram derrotados tempos antes e transcorreria um século antes que rebrotassem os frutos de sua prédica pela emancipação dos humildes e a reconquista das terras usurpadas.

No sul, José Artigas encarnou a revolução agrária. Este caudilho, com tanta sanha caluniado e tão desfigurado pela história oficial, encabeçou as massas populares dos territórios que hoje ocupam Uruguai e as províncias argentinas de Santa Fé, Corrientes, Entre Ríos, Misiones e Córdoba, no ciclo heróico de 1811 a 1820. Artigas quis lançar as bases econômicas, sociais e políticas de uma Pátria Grande nos limites do antigo vice-reinado do Rio da Prata, e foi o mais importante e lúcido dos chefes federais que combateram o centralismo aniquilador do porto de Buenos Aires. Lutou contra os espanhóis e portugueses e finalmente suas forças foram trituradas pelo jogo de tenazes do Rio de Janeiro e Buenos Aires, instrumentos do império britânico, e pela oligarquia que, fiel ao seu estilo, traiu-o, tão logo sentiu-se traída, por sua vez, pelo programa de reivindicações sociais do caudilho.

Seguíam Artigas, lança na mão, os patriotas. Em sua maioria eram "paisanos" pobres, gaúchos rústicos, índios que recuperavam na luta o sentido da dignidade, escravos que ganhavam a liberdade incorporando-se ao exército da independência. A revolução dos cavaleiros pastores incendiava a pradaria. A traição de Buenos Aires, que deixou em mãos do poder espanhol e tropas portuguesas, em 1811, o território que hoje ocupa o Uruguai, provocou o êxodo maciço da população rumo ao norte. O povo em armas fez-se um povo em marcha; homens e mulheres, velhos e crianças, numa caravana

de peregrinos sem fim. No norte, sobre o rio Uruguai, acampou Artigas, com as tropas de cavalo e carretas e no norte estabeleceria, pouco tempo depois, seu governo. Em 1815, Artigas controlava vastas comarcas de seu acampamento de Purificación, em Paysandú. “Que lhes parece que vi?” – narrava um viajante inglês⁹⁹ – “O Excelentíssimo Senhor Protetor da metade do Novo Mundo estava sentado numa cabeça de boi, junto a um fogão aceso no solo lodoso de seu rancho, comendo carne da churrasqueira e bebendo gim num chifre de vaca! Rodeava-o uma dúzia de oficiais andrajosos...” De todas as partes chegavam, a galope, soldados, ajudantes e exploradores. Passeando com as mãos nas costas, Artigas ditava os decretos revolucionários de seu governo popular. Dois secretários – não existia papel carbono – tomavam notas. Assim nasceu a primeira reforma agrária da América Latina, que se aplicaria durante um ano na Província Oriental, hoje Uruguai, e que seria feita em pedacinhos por uma nova invasão portuguesa, quando a oligarquia abriu as portas de Montevidéu ao general Lecor e o saudou como a um libertador, conduzindo-o sob pálio a um solene Te-déum, honra ao invasor, diante dos altares da catedral. Anteriormente, Artigas também havia promulgado um regulamento alfandegário que cobrava forte imposto da importação de mercadorias estrangeiras competitivas com as manufaturas e artesanatos da terra, de considerável desenvolvimento em algumas regiões hoje argentinas compreendidas nos domínios do caudilho, ao mesmo tempo que liberava a importação dos bens de produção necessários ao desenvolvimento econômico e adjudicava um gravame insignificante aos artigos americanos, como a erva-mate e o tabaco do Paraguai¹⁰⁰. Os coveiros da revolução também enterrariam o regulamento alfandegário.

O código agrário de 1815 – terra livre, homens livres – foi “a mais avançada e gloriosa constituição”¹⁰¹ de quantas chegariam a conhecer os uruguaios. As idéias de Campomanes e Jovellanos, no ciclo reformista de Carlos III, influíram sem dúvida sobre o regulamento de Artigas, porém este surgiu, definitivamente, como uma resposta revolucionária à necessidade nacional de recuperação econômica e de justiça social. Decretava-se a expropriação e a repartição das terras dos “maus europeus e piores americanos” emigrados por causa da revolução e não indultados por ela. Tomava-se a terra dos inimigos sem qualquer indenização, e aos inimigos pertencia – dado importante – a imensa maioria dos latifúndios. Os filhos não

99. J. P. e G. P. Robertson, *La Argentina en la época de la Revolución. Cartas sobre el Paraguay*, Buenos Aires, 1920.

100. Washington Reyes Abadie, Óscar H. Bruscherá e Tabaré Melogno, *El ciclo artiguista*, tomo IV, Montevidéu, 1968.

101. Nelson de la Torre, Julio C. Rodríguez e Lucia Sala de Touron, *Artigas, tierra y revolución*, Montevidéu, 1967.

pagavam pela culpa dos pais: o regulamento lhes oferecia o mesmo que aos patriotas pobres. As terras eram distribuídas de acordo com o princípio de que “os mais infelizes seriam os mais privilegiados”. Os índios tinham, na concepção de Artigas, “o principal direito”. O sentido essencial desta reforma agrária consistia em assentar sobre a terra os pobres do campo, convertendo em cidadão o gaúcho acostumado à vida errante da guerra, e às tarefas clandestinas e contrabando, em tempos de paz. Os governos posteriores da bacia do Prata liquidaram a sangue e fogo o gaúcho, incorporando-o à força ao trabalho de peão nas grandes fazendas, mas Artigas quis torná-lo proprietário: “Os gaúchos insurretos começavam a gostar do trabalho honrado, levantavam ranchos e currais, plantavam suas primeiras sementeiras”¹⁰².

A intervenção estrangeira acabou com tudo. A oligarquia levantou a cabeça e vingou-se. A legislação desconheceu, posteriormente, a validade das doações de terras realizadas por Artigas. Desde 1820 até fins do século foram desalojados, a sangue e fogo, os patriotas pobres que tinham sido beneficiados pela reforma agrária. Não conservariam “outra terra senão a de suas tumbas”. Derrotado, Artigas tinha marchado para o Paraguai, para morrer só ao fim de um longo exílio de austeridade e de silêncio. Os títulos de propriedade por ele expedidos não valiam nada: o fiscal do governo, Bernardo Bustamante, afirmava, por exemplo, que se advertia à primeira vista “a desprezibilidade que caracteriza os indigitados documentos”. Enquanto isso, seu governo se apressava para celebrar, já restaurada a “ordem”, a primeira constituição de um Uruguai independente, desgarrado da Pátria Grande por cuja consolidação Artigas tinha, em vão, lutado.

O regulamento de 1815 continha disposições especiais para evitar a acumulação de terras em poucas mãos. Em nossos dias, o campo uruguaio oferece o espetáculo de um deserto: quinhentas famílias monopolizam a metade da terra total e, constelação do poder, controlam também as três quartas partes do capital investido na indústria e no sistema bancário¹⁰³. Os projetos de reforma agrária acumulam-se, uns sobre os outros, no cemitério parlamentar, enquanto o campo se despovoava: os desempregados se somam aos desempregados e há cada vez menos pessoas dedicadas às tarefas agropecuárias, segundo o dramático registro dos sucessivos recenseamentos. O país vive da lã e da carne, porém em suas pradarias pastam, em nossos dias, menos ovelhas e menos vacas que no princípio do século. O atraso dos métodos de produção reflete-se

102. Nelson de la Torre, Julio C. Rodríguez e Lucia Sala de Touron, *op. cit.* Dos mesmos autores, *Evolución económica de la Banda Oriental*, Montevidéu 1967, e *Estructura económica de la Colonia*, Montevidéu, 1968.

103. Vivian Trías, *Reforma agraria en el Uruguay*, Montevidéu, 1962. Este livro constitui todo um prontuário, família por família, da oligarquia uruguaia.

nos baixos rendimentos da pecuária – entregue à paixão dos touros e carneiros na primavera, às chuvas periódicas e à fertilidade natural do solo – e também das culturas agrícolas. A produção de carne por animal não chega nem à metade da que obtém a França ou a Alemanha, e a mesma coisa ocorre com o leite em comparação à Nova Zelândia, Dinamarca e Holanda; cada ovelha rende um quilo menos de lã do que na Austrália. Os rendimentos do trigo por hectare são três vezes menores do que os da França e, no milho, os rendimentos dos Estados Unidos superam em sete vezes os do Uruguai¹⁰⁴. Os grandes proprietários, que aplicam seus lucros no exterior, passam seus verões em Punta del Este; nem no inverno, de acordo com sua própria tradição, residem em seus latifúndios, os quais visitam, de vez em quando, de teco-teco: há um século, quando se fundou a Associação Rural, dois terços de seus membros tinham já seu domicílio na capital. A produção extensiva, obra da natureza e dos peões famintos, não dá maiores dores de cabeça.

E certamente oferece lucros. As rendas e os lucros dos capitalistas pecuários somam não menos de US\$75 milhões por ano, atualmente¹⁰⁵. Os rendimentos produtivos são baixos, mas os lucros são altos por causa dos baixíssimos custos. Uma paisagem sem homens: os maiores latifúndios ocupam, e não durante todo o ano, apenas duas pessoas por cada mil hectares. Nas aldeias, à margem das estâncias, acumulam-se, miseráveis, as reservas sempre disponíveis de mão-de-obra. O gaúcho dos postais folclóricos, tema de quadros e poemas, tem pouco a ver com o peão que trabalha, na realidade, terras grandes e estranhas. As alpargatas ocupam o lugar das botas de couro; um cinturão comum, ou às vezes um simples

104 Eduardo Galeano, *Uruguay: Promise and Betrayal em Latin America: Reform or Revolution?*, ed. por J. Petras e M. Zeitlin, Nova Iorque, 1968.

105. Instituto de Economía, *El proceso económico del Uruguay. Contribución al estudio de su evolución y perspectivas*, Montevideu, 1969. Na época de auge da indústria nacional, fortemente subsidiada e protegida pelo Estado, boa parte dos ganhos do campo derivou para as fábricas nascentes. Quando a indústria entrou em seu agônico ciclo de crise, os excedentes de capital da pecuária se voltaram para outras direções. As mais inúteis e luxuosas mansões de Punta del Este brotaram da desgraça nacional; a especulação financeira deflagrou, depois, a febre dos pescadores de água turva da inflação. Porém, sobretudo, os capitais fugiram: os capitais e os lucros que, anos após anos, o país produz. Entre 1962 e 1966, segundo dados oficiais, 250 milhões de dólares voaram do Uruguai rumo aos seguros bancos da Suíça e Estados Unidos. Também os homens, os homens jovens, baixaram do campo à cidade, há vinte anos, para oferecer seus braços à indústria em desenvolvimento, e hoje marcham, por terra ou por mar, rumo ao exterior. Mas, é claro, seu destino é diferente. Os capitais são recebidos com os braços abertos; aos peregrinos lhes aguarda um destino difícil, o desraizamento e a intempérie, a aventura incerta. O Uruguai de 1971, estremecido por uma crise feroz, não é o oásis de paz e progresso que atraía os imigrantes europeus, mas um país turbulento que condena ao êxodo seus próprios habitantes. Produz violência e exporta homens tão naturalmente como produz e exporta carne e lã.

barbante, substitui os largos cinturões com adornos de ouro e prata. Aqueles que produzem a carne perderam o direito de comê-la: os *criollos* raras vezes têm acesso ao churrasco *criollo*, a carne suculenta e tenra, dourada nas brasas. Embora as estatísticas internacionais sorriam, exibindo rendas médias enganosas, a verdade é que o “ensopado”, guisado de macarrões e tripas de capão, constitui a dieta básica, carente de proteínas, dos camponeses no Uruguai¹⁰⁶.

ARTEMIO CRUZ E A SEGUNDA MORTE DE EMILIANO ZAPATA

Exatamente um século depois do regulamento de terras de Artigas, Emiliano Zapata pôs em prática, em sua comarca revolucionária do sul do México, uma profunda reforma agrária.

Cinco anos antes, o ditador Porfirio Díaz havia celebrado, com grandes festas, o primeiro centenário do grito de Dolores: os cavaleiros de fraque, México oficial, olímpicamente ignoravam o México cuja miséria alimentava seus esplendores. Na república dos párias, as rendas dos trabalhadores não haviam aumentado num só centavo desde o histórico levante do cura Miguel Hidalgo. Em 1910, pouco mais de 800 latifundiários, muitos deles estrangeiros, possuíam quase todo o território nacional. Eram *playboys* de cidade, que viviam na capital ou na Europa e raramente visitavam as casas grandes de seus latifúndios, onde dormiam protegidos por altas muralhas de perra escura, sustentadas por robustos contrafortes¹⁰⁷. Do outro lado das muralhas, os peões se amontoavam em quatinhos de adobe. Doze milhões de pessoas dependiam, numa população total de 15 milhões, de salários rurais; as diárias se pagavam quase por inteiro nos pequenos armazéns das fazendas, traduzidas, a preços altíssimos, em feijões, farinha e cachaça. A cadeia, o quartel e a sacristia tinham a seu cargo a luta contra os defeitos naturais dos índios, os quais, no dizer de um membro de uma família ilustre da época, nasciam “frouxos, bêbados e ladrões”. A escravidão, amarrado o trabalhador por dívidas que se herdavam ou por contrato legal, era o sistema real de trabalho nas plantações de sisal de Yucatán, nas de tabaco do Valle Nacional, nos bosques de madeira e frutas de Chiapas e Tabasco e nas plantações de seringueira, café, cana-de-açúcar, tabaco e frutas de Veracruz, Oaxaca e Morelos. John Keneth Turner, escritor norte-americano, denunciou, num esplêndido testemunho de sua visita, que “os Estados Unidos converteram virtualmente Porfirio Díaz num vassalo político e, em

106. German Wettstein e Juan Rudolf, *La sociedad rural, Nuestra Tierra*, nº 16, Montevideu, 1969.

107. Jesús Silva Herzog, *Breve historia de la revolución mexicana*, México-Buenos Aires, 1960.